

Além da pandemia: uma convergência de crises*

Ladislau Dowbor
12 de abril de 2020

Uma crise sistêmica

Essa crise do COVID-19 é a pá de cal sobre um sistema planetário disfuncional. Temos de tomar medidas imediatas, proteger vidas, conter na medida do possível a expansão do vírus. Mas o mundo não está apenas se isolando nas casas, está também parando para pensar. Se desgracia para algo serve, é para tirar lições. E a desgracia é muito maior do que tem sido apresentado. Convergem neste momento quatro crises: a crise ambiental, a crise da desigualdade, o caos financeiro e a pandemia. Ao paralisar a economia mundial, o coronavírus nos coloca frente a um desafio sistêmico. A forma como nos organizamos, como nações e como sociedade global, tornou-se disfuncional.

Com a tendência natural de afastarmos do pensamento horizontes desagradáveis, estamos nos atolando gradualmente no desastre ambiental. Entre os gritos de alarme da Greta, o ceticismo oportunista dos céticos, as pacientes demonstrações dos cientistas, e a indiferença dos desinformados, deixamos simplesmente a nossa civilização ser levada para o buraco. O aquecimento global aí está, com incêndios florestais devastadores, temperaturas que no Oriente Médio chegaram a ultrapassar 50 graus à sombra, tufões, ciclones e inundações. Mas é muito mais. Em 40 anos, entre 1970 e 2010, segundo o confiável WWF, liquidamos 52% dos vertebrados do planeta. Desparecem as abelhas enquanto continuamos a envenenar o planeta com neonicotinóides, perdemos em ritmo acelerado o solo fértil do planeta, por monocultura intensiva e contaminação química generalizada. Estamos contaminando a água doce da terra pelos resíduos industriais, agrotóxicos e esgotos despejados de maneira irresponsável por toda parte. Já estamos virando o Planeta Plástico. Saberíamos talvez reagir a um choque sísmico, mas frente à catástrofe em câmara lenta nos encontramos como anestesiados, apenas olhando os números e balançando a cabeça.

A crise social é igualmente desastrosa. Voltou a subir a fome no planeta, ainda antes dos impactos da pandemia, simplesmente porque interessa usar os alimentos da forma que rende mais, e não para o que é mais necessário. Só de grãos produzimos mais de um quilo por pessoa e por dia, é um escândalo que brada aos céus termos 850 milhões de pessoas passando fome, isso que sabemos quem são e onde se situam, inclusive medimos as ocorrências de mortes infantis por inanição, que representam algo da ordem de 5 torres de Nova Iorque por dia. São mais de 15 mil mortes ao dia, crianças nascidas em famílias que não têm nenhuma responsabilidade pela forma como os países e o mundo estão organizados. E para alimentá-las não seria preciso paralisar o planeta. O fato de 1% dos mais ricos terem mais patrimônio acumulado do que os restantes 99% chega a nós como estatística alarmante, mas é um escândalo ético, social, político e econômico.

O caos financeiro não fica atrás. Os idiotas de Wall Street ou da City de Londres que gritam entusiasmados *Greed is Good*, a ganância é boa, ganham dinheiro a rodos e paralisam a economia por transformar recursos que podiam financiar tantas coisas que precisamos em aplicações especulativas. Os mais de 20 trilhões de dólares em paraísos fiscais, fruto de evasão fiscal, corrupção e lavagem de dinheiro em geral, pertencem a personalidades e empresas notórias e identificadas, e são fruto de evasão fiscal, corrupção e lavagem de dinheiro em geral. O ministro da economia Paulo Guedes é cofundador do BTG Pactual, que tem 38 filiais em paraísos fiscais, drenando o dinheiro do país.

Em 1995 foi aprovada a lei que isenta de impostos os lucros e dividendos distribuídos, aprofundando a injustiça social que impera. Os políticos, advogados e outros membros da tropa de choque das elites, que conseguiram isso, comemoraram a vitória. Entre 2012 e 2019 os 206 bilionários brasileiros triplicaram as suas fortunas, enquanto paralisaram a economia. Se o vírus pode ser letal, o mesmo pode ser dito dos parasitas. Na farsa política atual, disseram que o Bolsa Família, 30 bilhões de reais, não cabe no orçamento. Esse grupo de bilionários aumentou as suas fortunas em 230 bilhões apenas em 12 meses, entre 2018 e 2019. A pandemia chega no meio de um rodado já instalado.

As quatro crises se articulam. Em vez de assegurar a sustentabilidade do planeta, com a reconversão das matrizes da energia, dos transportes e da agricultura, as corporações financeiras arrancam o que podem. Ao drenar os recursos do planeta aprofundam a desigualdade e a exclusão de bilhões, gerando situações sociais e políticas explosivas por toda parte, e escancarando as portas para a pandemia. Como vão se proteger os bilhões entulhados em periferias urbanas? Transformaram a saúde em negócio para minorias e agora lembram que para o vírus não faz diferença se a pessoa tem plano de saúde. Estamos descendo do nosso pedestal de ser humano excepcional para nos reencontrar com a raiz biológica, parte da natureza, que realmente somos, como toda a vulnerabilidade.

O desafio é sistêmico: estamos destruindo o planeta em proveito de uma minoria, o que não serve nem para o ser humano nem para o planeta. E os recursos financeiros e tecnológicos que temos de sobra estão sendo utilizados para aprofundar o drama. Isso não funciona. Se há algo de positivo nesta pandemia, é de nos colocar de frente às nossas contradições.

A economia desgovernada

O parasitismo não é um xingamento, é um mecanismo, cuja lógica é aliás muito próxima do crescimento exponencial do vírus. E o mecanismo não é nada complexo. Havia muitas críticas ao capitalismo produtivo tradicional, por explorar os trabalhadores, em grande parte justificadas. Mas um produtor tradicional, produtor por exemplo de sapatos, ainda que explorasse os seus trabalhadores, gerava emprego, colocava sapatos no mercado, e pagava impostos. O de hoje apenas compra títulos da dívida pública e vive dos nossos impostos, ou aplica o dinheiro em diversos papéis financeiros, e vive de rendas. O capitalismo mudou de natureza, gerando o que hoje chamamos de financeirização. Na realidade, estamos nos sacrificando não para produtores, mas para parasitas que cobram pedágio sobre o que outros produzem. As fortunas brasileiras em paraísos fiscais são da ordem de 520 bilhões de dólares, equivalentes a cerca de um terço do nosso PIB.

A ameaça do vírus se deve em grande parte ao seu crescimento exponencial. Quanto mais pessoas infectadas, mais rápido se expande. Na escola, estudamos isso como progressão geométrica. No mundo financeiro, o mecanismo é semelhante, pois quanto mais uma fortuna se expande, mais fortuna agrega. Um bilionário que aplica 1 bilhão em papéis que rendem modestos 5% ao ano está ganhando 137 mil ao dia. No Dia seguinte está ganhando 5% sobre 1 bilhão mais 137 mil e assim por diante. Como na bola de neve, quando maior a bola, mais neve agrega a cada volta. Pensem na fortuna do banqueiro Joseph Safra, 95 bilhões de reais, e rendendo bem mais do que 5% ao ano. Ou dos Marinho da Globo, que têm 33 bilhões declarados. A expansão da fortuna se torna descontrolada, e em economia financeira os manuais se referem precisamente ao *snowball effect*, efeito bola de neve. É assim que os recursos que resultam dos esforços do conjunto da sociedade vão parar nas contas de banqueiros e operadores financeiros em geral.

O mecanismo, naturalmente, não é particularmente brasileiro, apenas adquire no nosso país dimensões mais grotescas. O estudo básico de Thomas Piketty, *O Capital no Século XXI*, teve impacto no mundo todo ao demonstrar que fazer aplicações financeiras rende entre 7% e 9% ao ano, enquanto a economia real, que produz bens e serviços, progride apenas entre 2% e 2,5% ao ano. Produzir dá trabalho. Ou seja, o capitalista moderno, em vez de produzir sapatos, gerar empregos e pagar impostos, passa a alimentar a ciranda financeira, com menos esforço e maior lucro. O sistema capitalista se deformou em profundidade.

No caso brasileiro o mecanismo de apropriação do dinheiro pelas elites financeiras se dá essencialmente por meio de agiotagem, prática que existe há séculos, mas que na era do dinheiro imaterial, simples sinal magnético operado a partir dos bancos e financeiras, atingiu dimensões espantosas. A pesquisa mensal de juros da ANEFAC (Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contábeis) apresenta os juros de fevereiro de 2020: 260% ao ano no rotativo do cartão, 134% no cheque especial, 96% no crédito para pessoa física, 75% em média nos crediários, 45% no crédito para pessoa jurídica, essencialmente pequena e média empresa, pois as grandes tomam empréstimos no exterior a menos de 4% ao ano. À agiotagem se acrescenta a fraude, pois no Brasil os juros são apresentados ao mês, o que os torna semelhantes aos juros internacionais e dificulta a compreensão.

Esses bilhões saem do bolso da população. O resultado hoje são 64 milhões de adultos “negativados”, com nome sujo na praça como se diz popularmente. Cada real extraído pelos intermediários financeiros do bolso de cada um de nós, por exemplo quando pagamos com cartão, mesmo à vista, alimenta precisamente os bilionários e sua tropa de choque composta de advogados, financistas e outros ajudantes. Gerou-se um sistema extorsivo que paralisa a economia. A narrativa criada, foi de que nossa crise econômica resultou do excesso de dinheiro repassado aos pobres e investido em políticas sociais. É uma farsa, resultou do excesso de dinheiro no topo.

O dinheiro que alimenta o 1% improdutivo do planeta não pode ser simultaneamente utilizado no desenvolvimento industrial, em infraestruturas, na expansão de capacidade de ciência e tecnologia, e em particular em políticas sociais indispensáveis para o bem-estar das populações. Reduz-se também o investimento produtivo, o que aumenta o desemprego e a informalidade. Isso por sua vez leva a que as pessoas tenham menos

dinheiro no bolso, comprem menos, e com isso as empresas passem a produzir menos. As empresas no Brasil estão trabalhando a menos de 70% da sua capacidade. O desemprego, que estava na faixa de 5% em 2012, mais que dobrou. A economia não parou com a pandemia, está parada desde 2013, quando começaram os ataques ao sistema distributivo. Os parasitas financeiros, como escreve Michael Hudson, também podem matar o hospedeiro.

O Estado desarticulado

Quando as pessoas compram menos e as empresas reduzem o ritmo de produção, gera-se menos receitas para o Estado, que vive em grande parte dos impostos sobre o consumo e as dinâmicas produtivas. O Estado passa a ter menos dinheiro para desenvolver três atividades essenciais: a própria gestão do poder público, como serviços administrativos, exército, gestão financeira, sistemas de informação e semelhantes; o investimento em infraestruturas, como transportes, telecomunicações, energia, água e saneamento; e políticas sociais como saúde, educação, habitação social, serviços sociais.

Podemos dizer, no limite, que a primeira função, mais propriamente burocrática, poderia ser enxugada e racionalizada, em particular com as tecnologias digitais modernas. Mas é uma função absolutamente essencial, pois na sua ausência ou fragilização, passa a predominar o vale tudo de todos contra todos, o império da violência, a multiplicação das injustiças respaldadas pela força bruta, os dramas que tanto conhecemos. O núcleo administrativo do Estado, dotado das tecnologias modernas, com dados transparentes e disponíveis, profissionalizado e estável, constitui uma condição prévia e fundamental para o país se desenvolver. Reduzir o Estado sem dúvida funciona como argumento demagógico, mas isso apenas trava a sua função articuladora.

O problema evidentemente não é o tamanho do Estado, e sim a quem deve servir, às elites e seus interesses de curto prazo, ou ao desenvolvimento da nação. No nosso caso, em particular, com as dimensões do país e a diversidade dos 5.570 municípios, a extrema centralização financeira e administrativa trava o conjunto, reduzindo drasticamente a capacidade transformadora e modernizadora dos Estados, e em particular a dos municípios. O problema da corrupção, eterno argumento dos que querem ter acesso à fonte, não se resolve com demagogia e redução de ministérios, mas com a transparência que as novas tecnologias permitem, e a descentralização radical das funções e dos recursos, pois nada reduz os espaços da corrupção tão eficientemente como aproximar o dinheiro e o poder de decisão da base da sociedade.

Em termos de infraestruturas, trata-se de investimentos fundamentais para a produtividade sistêmica da sociedade. O acesso generalizado à rede integrada de produção e distribuição da energia elétrica é essencial tanto para a produtividade das empresas como para o cotidiano das famílias. Trata-se de iniciativas do Estado, que exigem planejamento integrado. Em particular, os 15 milhões de pessoas que foram beneficiadas pelo programa Luz para Todos não teriam esse acesso no quadro da iniciativa privada, pouco interessada em conectar pessoas de baixa renda. A inclusão digital é essencial para o cotidiano moderno, mas estamos patinando aqui com a fraca cobertura e preços extorsivos do oligopólio privado. A infraestrutura de transporte em grande parte privatizada, em particular com prioridade ao automóvel nas cidades e o

caminhão para carga, gera impactos ambientais e custos elevados. As infraestruturas de água e saneamento colocam grande parte da população em risco permanente na área da saúde. Trata-se aqui de intervenções fundamentais do Estado, visando o desenvolvimento equilibrado e não apenas o lucro imediato.

A área de políticas sociais, onde funciona, é fundamentalmente embasada em políticas públicas que asseguram acesso universal e gratuito. É interessante ler no editorial do Financial Times, que os governos “devem ver os serviços públicos como investimentos, e não como obrigações.” É absurdo se apresentar as políticas sociais como saúde, educação, cultura e segurança como “gastos”, quando se trata justamente de investimentos no futuro do país. A privatização desses setores desarticula as atividades, com serviços privados caros e sofisticados para uma parcela da população, enquanto se trava o acesso das maiorias, aprofundando as desigualdades e travando a produtividade sistêmica do país. Nas áreas sociais, o sistema público é simplesmente mais eficiente.

É essencial entender que o bem-estar das famílias, e em particular a resiliência para enfrentar a crise atual, depende da generalização do acesso a bens comuns, bens de consumo coletivo. O salário de um canadense pode ser menor ao do americano, mas ele tem acesso à creche, educação, serviços de saúde, água corrente e rios limpos, parques públicos e gratuitos nas cidades e um conjunto de bens que são essenciais para o cotidiano confortável. Esse “salário indireto” assegurado de maneira gratuita e universal reduz as desigualdades, gera empregos e dinamiza a produtividade sistêmica. É também importante as pessoas não terem de sofrer a angústia de não poder pagar um médico para um filho doente ou acidentado. O bem-estar das pessoas depende sim de ter acesso à renda, mas entre um terço e 40% depende do acesso a bens públicos gratuitos e de acesso universal.

A forte participação do Estado tanto em termos de presença política, como de investimentos nas infraestruturas e nas políticas sociais, caracteriza as fases mais dinâmicas dos países hoje desenvolvidos, incluindo aqui a impressionante dinâmica da Coreia do Sul e da China, países que souberam direcionar os recursos financeiros para o investimento produtivo. E produtividade não se mede apenas nas unidades empresariais, e sim no funcionamento do conjunto.

A desestruturação das políticas públicas distributivas começou em 2013 com uma guerra política, manifestações amplamente promovidas, seguidos da guerra política e boicotes em 2014 – como disseram, Dilma se ganhasse não iria governar – uma ofensiva generalizada dos bancos e rentistas que terminaria com o impeachment. Já a partir de 2014 os juros voltam a subir, em 2015 e 2016 temos profundas recessões, e de lá para cá o país está paralisado. Vieram o “teto de gastos”, a redução dos direitos trabalhistas, a fragilização da previdência e outras medidas que favorecem os mais ricos e agravam a situação dos mais pobres, tudo em nome de reduzir o déficit.

O déficit do governo subiu de 111 bilhões em 2013, muito moderado, para 272 em 2014, 514 em 2015, e se mantém até hoje entre 400 e 500 bilhões. De onde vem esta explosão do déficit? O que o governo transfere para os bancos e outros aplicadores financeiros, causa principal do déficit, é entre 300 e 400 bilhões. Os novos governantes, que vieram em nome de reduzir o déficit, porque “a boa dona de casa só gasta o que tem”, geraram o déficit. Em 2020, com a pandemia, deve explodir ainda muito mais. Drenaram o dinheiro

e reduziram a capacidade de ação do Estado, em proveito das elites. É neste quadro que temos de enfrentar uma das piores ameaças mundiais, o coronavírus.

A fragilização dos serviços de saúde

O coronavírus nos lembrou a todos, inclusive a muita gente nas elites, de que o Estado é necessário. A conferência de imprensa com o ministro da saúde e sua equipe, todos com coletes do SUS, é muito impressionante, num governo que aprofundou a destruição do sistema público de saúde iniciada com Temer. Os 47 milhões de pessoas que pagam planos de saúde descobrem uma evidência: o vírus não tem preferências, e a propagação mais acelerada do vírus entre pessoas pouco protegidas irá nos impactar a todos. Fazer uma ilha de saúde privada não resolve.

A lógica dos sistemas privatizados consiste em maximizar os retornos, não em maximizar a vida saudável. “Desde 1975, enquanto a população dos Estados Unidos aumentou de 216 para 331 milhões, o número total de leitos hospitalares caiu de 1,5 milhão para 925 mil. Este declínio resultou da lei promulgada por Nixon em 1973 (Health Maintenance Organization Act) que permitiu a privatização dos serviços de saúde.” (Truthout, 2020). Um sistema privado não vai manter um hospital que pode ser importante para uma cidade menor, se não for rentável. A prioridade não é a segurança das pessoas, mas a rentabilidade. Hoje colocam leitos em estádios e até em igrejas, com dinheiro público.

O importante aqui é entender a lógica do sistema de saúde privatizado. No Canadá, onde a saúde é pública, gratuita e de acesso universal, o custo por pessoa é de 4.400 dólares por ano. Nos Estados Unidos, onde é em grande parte privatizada, é de 10.400 dólares, e o nível de saúde dos americanos está entre os últimos nos países desenvolvidos. A indústria da saúde se agigantou, e representa hoje nos Estados Unidos 20% do PIB, acima da indústria e da agricultura. Em termos de eficiência o sistema privado é incomparavelmente menos produtivo. O mesmo se constata comparando a Dinamarca, onde os serviços públicos de saúde representam 83%, e a parte privada apenas 17%, e a Suíça, que com toda a sua riqueza tem imensas dificuldades de equilibrar o sistema que depende em 63% de serviços privados.

Empresas privadas de saúde, hoje cotadas inclusive em bolsa, e frequentemente internacionalizadas, tendem por natureza a buscar a maximização dos retornos, e isso significa que são fortemente orientadas para a dimensão curativa, com maximização de intervenções cirúrgicas, exames, venda de medicamentos. É o que tem se chamado de indústria da doença. Não ter doentes, para o sistema privado, é não ter clientes. E a realidade é que as pessoas não têm opção pois devem acatar as recomendações dos médicos, e raspam as gavetas mas pagam. O IPEA, com Carlos Ocké-Reis, mostrou que os planos de saúde aumentam as mensalidades muito acima da inflação. Em particular, aumentam as mensalidades dos idosos, que ao se aposentarem, se vêm forçados a sair do plano quando dele começam a precisar. É um sistema extorsivo, que navega na insegurança das pessoas quanto ao que possa um dia acontecer. Grupos internacionais como United Health Group ou o CVSHealth asseguram inclusive o dreno dos recursos destinados à saúde para especuladores financeiros internacionais. Estão entre as maiores corporações do mundo. (Outras Palavras, 10/02/2020)

No Brasil 75% da população depende exclusivamente do SUS, sempre apresentado de maneira negativa pela mídia comercial, que é em boa parte financiada por anúncios das corporações privadas. Em 2019, o financiamento do SUS foi reduzido em 20 bilhões. A fragilização do SUS tem como objetivo empurrar as pessoas para planos privados. Mas dependemos vitalmente da saúde pública para a generalização da vacina que tanto nos protege, da rede capilar existente em todos os bairros e que contribui para a saúde preventiva. O desastre que foi o desmonte parcial do SUS aparece hoje com força.

No essencial, onde funciona bem, a saúde é assegurada de maneira pública, gratuita e universal. Com a densidade demográfica atual, uma pessoa doente não poder se tratar é uma ameaça para todos. E a saúde vai muito além do tripé médico-hospital-farmácia. Um real investido em saneamento básico reduz em quatro reais os gastos com doenças. O tratamento da água e a limpeza dos rios são fundamentais. Controlar o que as empresas jogam nos cursos de água, ou os agrotóxicos que contaminam os rios e os aquíferos, proibir o uso de antibióticos que hoje contamina a carne que comemos, restringir o uso do plástico, arborizar as ruas, controlar as emissões dos veículos, são tantas ações empreendidas com sucesso em diversos países, que mostram que pode se reduzir os custos e melhorar a saúde. Trata-se de construir um ambiente saudável. A transformação da saúde em produto comercial é um contrassenso que nos fragiliza muito frente à pandemia.

O caótico enfrentamento da pandemia

A pandemia literalmente desaba sobre nós, quando o nosso caos organizacional, que envolve as tragédias ambientais, a espantosa desigualdade e o desperdício de dezenas de trilhões de dólares nas mãos de parasitas já estavam paralisando o planeta. Frente a um vírus que é menos letal, mas que se multiplica e transmite com uma velocidade que não conhecíamos, somos obrigados a adotar medidas de emergência e de curto prazo, mas também a pensar na reorganização do nosso comportamento no planeta.

No curto prazo as medidas são conhecidas. A expansão da pandemia constitui uma progressão geométrica: duas pessoas podem contaminar quatro, que por sua vez contaminam oito e assim por diante. Ou seja, o confinamento imediato e isolamento do possível foco constitui uma medida drástica, mas eficiente, pois a partir de um determinado nível de alastramento fica muito mais difícil testar milhões de possíveis transmissores. O confinamento radical como o que se viu na China, com o isolamento da cidade de Wuhan, permitiu um relativo travamento da expansão. No caso da Itália ou dos Estados Unidos, o que se viu foi um negacionismo oportunista por parte do governo, e a adoção de medidas mais sérias quando o alastramento já tinha se tornado pouco controlável. O custo humano e econômico que resulta é muito maior. Dizer que temos de optar entre proteger as pessoas ou proteger a economia é um contrassenso.

No nosso caso beneficiamos da observação do que se passou na China, na Itália e na Espanha. Mas atrasamos muito as medidas de urgência, pelo caos político que vive o governo federal, incapaz de organizar medidas coerentes, apresentando simultaneamente recomendações de isolamento e de retomar contatos e atividades, enquanto no nível de vários governos de Estado e municípios, todos em situações financeiras precárias pelas políticas federais dos últimos anos, tenta-se organizar medidas minimamente coerentes. A prioridade é conter o vírus.

As medidas são conhecidas: como o vírus se transmite de maneira exponencial, é preciso isolar as pessoas, retardando a expansão. Para grande parte da população, que não possui reservas financeiras e inclusive perdeu o acesso à renda que tinha, isso envolve uma injeção imediata de recursos. O fato de existir a moeda eletrônica, e das pessoas em geral disporem de cartões de crédito, além da existência do Cadastro Único desenvolvido na era do governo popular, permite transferir rapidamente dinheiro de emergência. Os ridículos 200 reais propostos pela presidência foram elevados para 600, por três meses, com até duas pessoas por família, e 1200 reais no caso de mãe sozinha com filhos. Deve aliviar parcialmente a situação de cerca de 50 milhões de pessoas. O custo é da ordem de 100 bilhões. Isso facilita o isolamento demais pessoas, mas não é viável para grande parte da população de baixa renda.

Um segundo eixo consiste em dar todo o apoio ao SUS, aos hospitais e todo o sistema de saúde do país, prioridade absoluta em termos de suporte. É muito significativo que neste momento de ameaça, o ministro da saúde e sua equipe técnica tenham aparecido em conferência de imprensa todos com colete com “SUS” na lapela. Nada como um dia após o outro. Com o vírus se espalhando, deixar de atender a população mais vulnerável aumenta os riscos para todos, ainda que as classes média e alta tenham evidentemente mais condições de se isolar. O apoio envolve também a reconversão produtiva que permita produzir mais máscaras, respiradores, equipamento de proteção individual (EPIs), kits para testes, álcool-gel e semelhantes. Tudo isso envolve capacidade de gestão de crise, respostas rápidas e articuladas. A nossa maior vulnerabilidade resulta em grande parte do caos político existente.

Um terceiro eixo consiste em organizar o apoio às atividades econômicas. Quando um comércio fecha as portas, é um ciclo econômico que se interrompe. Os trabalhadores do comércio ficam sem fonte de renda, e o comerciante não tem de onde tirar dinheiro para os salários. As empresas produtoras por sua vez não têm para quem vender, e desempregam as pessoas. É importante entender que hoje o dinheiro consiste em sinais magnéticos, e o governo precisa injetar dinheiro no circuito para que possa funcionar pelo menos nas atividades essenciais. É o que tem se chamado de injeção de liquidez, função do governo.

Essas medidas têm sido adotadas, mas de maneira caótica. O Congresso conseguiu que se elevasse o apoio às famílias de 200 para 600 reais, mas isso continua sendo muito pouco. É preciso lembrar que o Brasil tem 210 milhões de habitantes, dos quais cerca de 140 milhões de adultos, e 105 milhões na chamada força de trabalho. Nesta última, temos 41 milhões de trabalhadores no setor informal, pessoas que literalmente “se viram”, com pouquíssimos direitos e enquadramento legal. Se somarmos os 41 milhões e os 13 milhões de desempregados, são 54 milhões de trabalhadores em situação crítica, praticamente a metade da nossa força de trabalho. Os empregos formais do setor privado são apenas 33 milhões, 31% da força de trabalho. Tudo isso antes do coronavírus.

Ou seja, a crise atinge as famílias em condições estruturalmente críticas, e sob um governo que para favorecer os bancos e rentistas mais ricos travou o SUS, reduziu a Previdência, limitou os direitos trabalhistas, desarticulou os sindicatos, e aumentou o déficit pelo travamento geral da economia. Isso que precisamos mais do que nunca da presença do Estado para assegurar uma política articulada, e a transferência de recursos

para os pontos críticos. O que se viu até agora, é dinheiro a conta-gotas para as famílias, e mais de meio trilhão de reais para os bancos, por meio de compra dos chamados “títulos podres” dos bancos pelo Banco Central, um presente para a elite financeira que ainda aguarda, no momento que escrevemos, a aprovação final do Senado. (Parágrafo 10). Essa doação para os banqueiros exige a mudança da Constituição, seria ilegal no quadro da Constituição vigente. Trata-se da PEC 10/2020, que libera essas operações, mas garante, significativamente, “os recursos vinculados ao pagamento da dívida pública” (Parágrafo 6), ou seja, a manutenção da remuneração dos rentistas, que custou 310 bilhões de reais em 2019.

Aproveitar a pandemia para liberar mais dinheiro os banqueiros, é barbárie. Mas não é muito diferente do que foi adotado nos Estados Unidos pelo governo de Donald Trump, onde as famílias receberão 1200 dólares em uma única transferência, enquanto três-quartos do apoio irá para os bancos. Como sempre, e como se viu em particular na crise de 2008, o subentendido é que os bancos irão utilizar o dinheiro para aliviar a situação das empresas e das famílias. O que se vê, naturalmente, é que usam o dinheiro para tapar os seus próprios buracos, aumentar os bônus e os dividendos dos acionistas. O ponto chave do processo, é assegurar contrapartidas, como não aumento de bônus e dividendos, redução da taxa de juros, não despedir os empregados e semelhantes. Estamos longe disso. Na realidade, o nosso sistema bancário centralizado está há tempos instalado numa cultura de extração de riqueza por meio de juros elevados, e não tem nem cultura nem organização para voltar a uma política de fomento econômico.

No geral, todos agora se lembraram do Estado. Tanto proclamaram o Estado mínimo, a luta contra a corrupção, e agora são os primeiros a buscar a sua salvação no setor público, apropriando-se de recursos que provêm dos impostos que pagamos. E interessante ver esse comentário de Noam Chomsky: “O governo não é a solução quando se trata do bem-estar da população, mas é claramente a solução para os problemas de riqueza privada e de poder corporativo”. (Truthout, 12/04/2020) A nossa luta passa pelo resgate do papel do Estado.

Além do Coronavírus

Como vimos, a pandemia veio apenas paralisar um sistema que já estava travado, e as alternativas já vinham sendo discutidas, no quadro da Economia de Francisco preconizada pelo Papa. Apresentamos aqui pontos essenciais de reorientação da forma como governamos as nossas sociedades, que resultam das discussões preparatórias para a Economia de Francisco, pouco antes do início da pandemia. O que muda não é a orientação geral, mas a urgência.

- 1) **Democracia econômica:** trata-se de resgatar a governança corporativa, sistemas transparentes de informação, e de gerar maior equilíbrio entre o Estado, as corporações e as organizações da sociedade civil. Não haverá democracia política sem democracia econômica.
- 2) **Democracia participativa:** os processos decisórios sobre como definimos as nossas opções, como priorizamos o uso dos nossos recursos, não podem depender apenas de um voto a cada dois ou a cada quatro anos. Com sistemas adequados de

informação, gestão descentralizada e ampla participação da sociedade civil organizada precisamos alcançar um outro nível de racionalidade na organização econômica e social. As novas tecnologias abrem imensos potenciais que se trata de explorar.

- 3) **Taxação dos fluxos financeiros:** essencial para assegurar a informação sobre os capitais especulativos, e para que os recursos financeiros sirvam para financiar tanto a redução da desigualdade como para estimular processos produtivos sustentáveis. Na realidade os sistemas tributários no seu conjunto devem servir ao maior equilíbrio distributivo e à produtividade maior dos recursos.
- 4) **Renda básica universal:** no quadro de uma visão geral de que algumas coisas não podem faltar a ninguém, uma forma simples e direta, em particular com as técnicas modernas de transferência, é assegurar um mínimo para cada família. Não se trata de custos, pois a dinamização do consumo simples na base da sociedade dinamiza a economia e gera o retorno correspondente.
- 5) **Políticas sociais de acesso universal, público e gratuito:** o acesso à saúde, educação, cultura, segurança, habitação e outros itens básicos de sobrevivência devem fazer parte das prioridades absolutas. Não se trata de custos, e sim de investimentos nas pessoas, que dinamizam a produtividade e liberam recursos das famílias para outras formas de consumo.
- 6) **Desenvolvimento local integrado:** somos populações hoje essencialmente urbanizadas, e o essencial das políticas que asseguram o bem-estar da comunidade e o manejo sustentável dos recursos naturais deve ter raízes em cada município, construindo assim o equilíbrio econômico, social e ambiental na própria base da sociedade.
- 7) **Sistemas financeiros como serviço público:** o dinheiro que manejam os sistemas financeiros tem origem nas nossas poupanças e impostos, constituem recursos do público, e neste sentido devem responder às necessidades do desenvolvimento sustentável. Bancos públicos, bancos comunitários, cooperativas de crédito e outras soluções, como moedas virtuais diversificadas, são essenciais para que as nossas opções tenham os recursos correspondentes.
- 8) **Economia do conhecimento:** o conhecimento hoje constitui o principal fator de produção. Sendo imaterial, e indefinidamente reproduzível, podemos gerar uma sociedade não só devidamente informada, mas com acesso universal e gratuito aos avanços tecnológicos de ponta. Temos de rever o conjunto das políticas de patentes, copyrights, royalties de diversos tipos que travam desnecessariamente o acesso aos avanços. O conhecimento é um fator de produção cujo uso, contrariamente aos bens materiais, não reduz o estoque.
- 9) **Democratização dos meios de comunicação:** os recentes avanços do populismo de direita e a erosão dos processos democráticos mostram a que ponto o oligopólio dos meios de comunicação gera deformações insustentáveis, climas de agravamento de divisões e aprofundamento de ódios e preconceitos. Uma sociedade informada é absolutamente essencial para o próprio funcionamento de uma economia a serviço do bem comum.

- 10) **Pedagogia da economia:** a economia consiste essencialmente em regras do jogo pactuadas pela sociedade ou impostas por grupos de interesse. A democracia econômica depende vitalmente da compreensão generalizada dos mecanismos e das regras. Os currículos obscuros e falsamente científicos têm de ser substituídos por ferramentas de análise do mundo econômico real, de maneira a formar gestores competentes de uma economia voltada para o bem comum.

Ladislau Dowbor é professor de economia da PUC de São Paulo, autor de dezenas de livros e estudos técnicos sobre o desenvolvimento econômico e social. Seus trabalhos estão disponíveis online gratuitamente (*Creative Commons*) em <http://dowbor.org>
Contato ldowbor@gmail.com

* *Além da Pandemia: uma convergência de crises* é capítulo do livro [A Pandemia do Coronavírus](#), organizado por João Décio Passos (São Paulo: Paulinas, 2020; p.25-48. ISBN: 978-85-356-4614-6).